

CONCURSO PÚBLICO – TCE/PR

CARGO 1: ANALISTA DE CONTROLE – ÁREA: ADMINISTRAÇÃO

PROVA DISCURSIVA P₄ – PARECER

Aplicação: 11/9/2016

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 As características da administração pública patrimonial podem ser assim elencadas:
- z extensão do poder do soberano para a coisa pública;
 - z contratação de parentes (nepotismo) de maneira frequente;
 - z bens públicos utilizados em benefício do gestor público;
 - z dilapidação do patrimônio público em razão da não preocupação com a coisa pública;
 - z corrupção frequente entre gestores;
 - z **confusão entre a propriedade privada e a propriedade pública**
 - z pouca preocupação com demandas sociais:

As principais desvantagens da forma patrimonial de administração dizem respeito à percepção do gestor, no sentido de compreender os bens públicos como particulares; a livre nomeação a critério do gestor, sem a existência clara dos requisitos; o nepotismo e a corrupção; e o uso do aparelho público em seu favor.

As características da administração pública burocrática podem ser assim elencadas:

- z fundada na teoria do sociólogo Max Weber;
- z funcionamento do Estado de forma hierarquizada;
- z ênfase excessiva em controles administrativos, ritos e processos;
- z **excesso de papelada**
- z rígida hierarquia funcional;
- z princípios de profissionalização e exercício de cargo público via processos seletivos;
- z pouca orientação para as demandas dos cidadãos;
- z pouca ênfase em resultados
- z **centralização das decisões e excesso de formalismo.**

As desvantagens da forma burocrática de administração estão relacionadas ao excesso de formalismo, aos aspectos normativos e processuais, o que dificulta a celeridade na prestação de serviços públicos e a relação entre administração e sociedade. Além dessas, o excesso de autoritarismo, o apego às rotinas e a resistência na implantação de mudanças.

- 2 O Plano de Reforma do Aparelho do Estado simbolizou uma reforma administrativa que visava à modernização da gestão pública. Esse plano foi publicado no ano de 1995, sob a responsabilidade do então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. Entre seus objetivos, estavam previstos:

- z aumentar a capacidade administrativa de governar com eficiência e efetividade;
- z limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias;
- z promover a descentralização administrativa;
- z modernizar a administração burocrática mediante uma política de profissionalização do serviço público;
- z substituir a administração pública burocrática pela administração gerencial;
- z reestruturar organizações com poucos níveis hierárquicos;
- z empregar de maneira eficaz o dinheiro público;
- z gerar mecanismos de aprimoramento da qualidade dos serviços;
- z gerir o patrimônio;
- z fortalecer o controle social;
- z estabelecer o cumprimento de metas e o controle de resultados.
- z **aumentar a governança do Estado.**

- 3 Conceitos de governança e *accountability*

A governança está relacionada ao poder de governar/gerenciar, associado ao direcionamento das entidades, bem como à supervisão e ao controle das ações executivas, e à satisfação de expectativas legítimas de prestação de contas (Harrison, 1998. *Apud* Slomski *et al.*, 2011).

A governança, em termos gerais, está relacionada à responsabilidade na prestação de contas, transparência, participação, administração de relacionamentos, eficiência e equidade (Edwards, 2002. *Apud* Slomski *et al.*, 2011).

A governança representa um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Portal TCU).

A implementação do sistema de governança deve incluir mecanismos de prestação de contas e de responsabilização para garantir a adequada *accountability* (Portal TCU).

A governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, implicando, ainda, "a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções". (Banco Mundial, 1992).

A *Accountability* é essencialmente democrática. Pressupõe transparência na administração pública, amplia o espaço do controle social e transforma o público (CLAD, 1998).

O conceito de *accountability* está relacionado ao dever de prestação de contas, seja aos organismos de controle, seja a outras entidades ou à sociedade. Tal conceito está ligado a transparência, prestação de contas e responsabilização.

Considerando as atribuições precípua dos tribunais de contas no exercício do controle, fiscalização e acompanhamento do emprego de recursos públicos nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, os conceitos de governança e *accountability* são intimamente relacionados a essas atribuições, por fortalecerem as questões relacionadas à correta prestação de contas e à consequente responsabilização pelas ações inadequadas.

4 O candidato pode citar diversas contribuições a serem descritas em seu parecer:

O gestor, ciente de todos os conhecimentos descritos, pode contribuir para a modernização da gestão em diversos sentidos:

- z na definição expressa dos objetivos que os colaboradores de unidade devem atingir, inclusive com o estabelecimento de metas e resultados a serem alcançados, vislumbrando o interesse público;
- z no esclarecimento das competências e habilidades requeridas para o exercício do cargo;
- z no fortalecimento da separação entre interesses pessoais e interesse público;
- z no zelo pela melhor gestão do patrimônio público;
- z na definição de formas de controle focadas não somente em aspectos normativos, mas também na gestão de resultados;
- z na descentralização de tarefas, dando autonomia aos colaboradores para a consecução dos objetivos comuns;
- z na formulação de ideias consistentes com o alcance do interesse público;
- z na percepção da entidade além de aspectos legais, determinada pelas pessoas e suas relações, vislumbrando toda a organização e sua complexidade;
- z na identificação da entidade além da dimensão econômica, especialmente no alcance da dimensão social e nas possibilidades da prestação de serviços fundamentada em eficiência e qualidade;
- z nas formas de promover o maior envolvimento da sociedade no acompanhamento das ações públicas e no controle social;
- z na materialização do pensamento estratégico;
- z na difusão da importância da profissionalização dos servidores;
- z na manutenção de informações gerenciais atualizadas para controle de desempenho;
- z na implementação de aspectos meritocráticos para oportunidades profissionais;
- z na difusão do senso de obrigação com a transparência e a prestação de contas;
- z na difusão do compromisso ético dos servidores com a administração pública, através da promoção de discussões sobre Ética no Serviço Público, a fim de informar aos servidores sobre a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais exigidos para o desempenho de suas atividades;
- z na aplicação de Pesquisas de Satisfação/Opinião junto ao público usuário dos serviços públicos.